



MUNICÍPIO DE VACARIA

MINUTA CONTRATUAL

O **MUNICÍPIO DE VACARIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, inscrito no CNPJ sob o nº 87.866.745/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ELÓI POLTRONIERI**, brasileiro, casado, pedagogo, residente e domiciliado nesta Cidade de Vacaria, RS, inscrito no CPF sob o nº 659.727.400-87, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº , estabelecida na , nº , na Cidade de , , neste ato representada pelo , o Sr. , , , residente e domiciliado na Cidade de , , inscrito no CPF sob o nº , doravante denominada **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, celebram o presente **CONTRATO**, com base no Pregão Presencial nº 59/2015 e com fundamento na Lei Federal 8.666/93, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas e condições:

1ª - O MUNICÍPIO contrata a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** para que preste serviço de publicidade de atos institucionais do Executivo Municipal, com tiragem mínima semanal de 2.000 (dois mil) exemplares, para o Município de Vacaria/RS, de acordo com o especificado no anexo II e demais disposições do edital do Pregão Presencial nº 59/2015.

§ 1º - As matérias institucionais serão elaboradas pelo Setor de Imprensa do Município, conforme orientações da Secretaria Geral de Governo, por publicitário da Administração.

§ 2º - Os atos institucionais serão dispostos em coluna, no máximo uma vez por semana, e compreendem prestações de contas aos munícipes e divulgação de mensagens de cunho informativo, institucional e de utilidade pública, através de:

- a) Matérias;
- b) Imagens;
- c) Relatórios;
- d) Assuntos/Informações pertinentes.

§ 3º – O perfil desejado do veículo de comunicação escrita é:

- a)** Jornal com periodicidade diária ou semanal, com circulação no Município de Vacaria/RS e Região dos Campos de Cima da Serra;
- b)** Que tenha grande amplitude/circulação municipal e regional (composta de vendas na cidade e região + venda avulsa + assinantes);
- c)** Papel de impressão: jornal ou superior;
- d)** Tipo de impressão: preto e branco e colorido;
- e)** Periodicidade mínima: uma edição semanal;
- f)** Tiragem mínima semanal: 2.000 (dois mil) exemplares, sendo que destes: no mínimo 1.500 (mil e quinhentos) exemplares devem comprovadamente circular no Município de Vacaria e 500 (quinhentos) distribuídos entre os municípios da Região dos Campos de Cima da Serra.

§ 4º – São deveres da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**:



MUNICÍPIO DE VACARIA

- a) Aceitar que os pedidos de publicação sejam enviados via Fax ou Internet;
- b) Atentar para as vedações legais, principalmente a eleitoral, mesmo que, por um lapso, a matéria seja enviada para publicação, avisando ao **MUNICÍPIO**;
- c) Aceitar que a matéria seja enviada com, no mínimo, um dia útil de antecedência, no horário de expediente.

§ 5º – O **MUNICÍPIO** não fica adstrito a publicar quantidades mínimas ou máximas de matérias semanais, muito menos utilizar o total estimado, podendo usufruir do disposto no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá suportar, também, a não publicação em períodos de vedação legal.

§ 6º – A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve fornecer todos os meios mecânicos que forem necessários ao desempenho da execução do serviço, bem como a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos para execução, ou seja, possuir em seu quadro de funcionários pessoal capacitado e meios para desenvolver o serviço.

§ 7º – Para o desenvolvimento dos trabalhos a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá contar com uma equipe de profissionais com experiência no objeto deste contrato.

§ 8º – É responsabilidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido na Lei, Edital, Contrato, Matéria da licitação, bem como os serviços que apresentarem defeitos de material ou vício, de acordo com a legislação aplicável.

§ 9º – A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, mantendo atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fac-símile e endereço, comunicando à Secretaria Municipal Geral de Governo e ao Departamento de Comunicação Social, qualquer alteração de dados.

§ 10º - O descumprimento das cláusulas estabelecidas no edital do Pregão Presencial 59/2015 e neste contrato acarretará nas sanções dispostas no item 10 do referido edital e na cláusula 8ª deste contrato.

§ 11 - Toda e qualquer execução do serviço fora do estabelecido neste contrato e no edital do Pregão Presencial nº 59/2015, ocasionará a imediata notificação da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, que ficará obrigada a retificá-lo/substituí-lo prontamente, por sua conta e risco, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 10 do edital da licitação e neste contrato.

2ª - O presente contrato totaliza, para fins de prévio empenho, o valor total/global de R\$ ().

3ª - Pela execução dos serviços objeto deste contrato, o **MUNICÍPIO** pagará pelo total da matéria publicada, devidamente formatada. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após cada parcela concluída, publicação, mediante a apresentação:



MUNICÍPIO DE VACARIA

- a) Da nota fiscal;
- b) Cópia do original da publicação;
- c) Cópia da nota fiscal da gráfica com a impressão da tiragem mínima semanal, ou seja, 2.000 (dois mil) exemplares semanais;
- d) Autorização, por escrito, da Secretaria Geral de Governo e do Departamento de Comunicação Social, atestando que o serviço foi realizado corretamente, com preço fixo e sem reajuste (este ato pode ser suprido com o aceite na nota fiscal da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**).

§ 1º - Ao emitir a nota fiscal, a **PRESTADORA DE SERVIÇO** deverá fazer constar, Município de Vacaria, além do nº do edital (Pregão Presencial nº 59/2015), a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la.

§ 2º - Para fins de pagamento, a **PRESTADORA DE SERVIÇO** deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos da prestação de serviços. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmiti-los via e-mail para o endereço eletrônico – pagamentos@vacaria.rs.gov.br.

4ª - O presente contrato vigorará até o dia 30 de abril de 2016.

§ 1º - A execução estimada do serviço é de uma matéria semanal. O prazo estimado da contratação é de 08 (oito) meses, ou seja, até o final de abril de 2016.

§ 2º - O **MUNICÍPIO** não fica adstrito a publicar quantidades mínimas ou máximas de matérias semanais, muito menos a utilizar o total estimado, podendo usufruir do disposto no artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá suportar, também, a não publicação em períodos de vedação legal.

5ª - Não será permitida a subcontratação, sendo causa de rescisão contratual, exceto em casos excepcionais, previamente autorizados.

6ª - Fica a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** obrigada a comprovar perante o **MUNICÍPIO** o cumprimento das obrigações previdenciárias (INSS) e trabalhistas (FGTS), para com seus funcionários.

7ª - Para a fiscalização do objeto contratual, o **MUNICÍPIO** designa o Secretário da Secretaria Municipal Geral de Governo, Sr. Orimar Luiz Pizzamiglio, ou outro servidor expressamente designado por este, que fará a fiscalização nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato de cada parcela executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado no contrato;
- b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do material/serviço e consequente



MUNICÍPIO DE VACARIA

aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos termos da alínea anterior.

Parágrafo Único: Quando da verificação, se o material não atender às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas na alínea “a” do inc. II da cláusula 8ª deste contrato.

8ª - O MUNICÍPIO poderá aplicar à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** as sanções e penalidades previstas no item 10 do Pregão Presencial nº 59/2015, a seguir descritas, além de outras previstas neste contrato e no artigo 87 da Lei de Licitações:

I – ADVERTÊNCIA

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para o **MUNICÍPIO**, independentemente da aplicação de multa moratória.
- b) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

II – MULTA

O **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** multa moratória e multa por inexecução contratual:

a) MULTA MORATÓRIA

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados neste contrato e no edital de licitação para os compromissos assumidos.

a.1) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

a.2) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

b) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL



MUNICÍPIO DE VACARIA

b.1) A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

b.2) O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser não celebrado/rescindido o contrato e imputada à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses), independente de multa.

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR

Nos termos do Art. 7º da Lei nº. 10.520/02, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vacaria, nos casos de:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não-manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) fraude ou falha na execução do contrato.
- e) comportamento inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Parágrafo Único - As penalidades previstas no edital do certame e neste contrato poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.

9ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** reconhece todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

10ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** é inteiramente responsável por todo e qualquer prejuízo que venha dolosa ou culposamente prejudicar o **MUNICÍPIO**, quando da execução dos serviços.

11ª - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações.

12ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá durante toda a vigência do presente contrato manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 59/2015.

13ª - No presente ato de assinatura, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** comprova a prestação de garantia de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, através de, por meio de, no valor de **R\$ ()**, conforme estabelece o subitem 7.4 do Pregão Presencial nº 59/2015.



MUNICÍPIO DE VACARIA

§ 1º - A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência do contrato, se não utilizada nas formas do artigo 86, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Contudo, reverterá a garantia em favor do **MUNICÍPIO**, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabível.

§ 2º - Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida será atualizada monetariamente. A garantia será liberada após o termo da vigência do contrato.

14ª - O **MUNICÍPIO** poderá ainda aplicar à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, além das sanções e penalidades previstas no item 10 do Pregão Presencial nº 59/2015 e neste contrato, aquelas previstas no artigo 87 da Lei de Licitações.

15ª - Em caso de reclamação, a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MUNICÍPIO**, sempre via protocolo de entrega.

16ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17ª - O **MUNICÍPIO** poderá se utilizar dos benefícios do art. 57 da lei nº 8.666/93, caso tenha interesse.

18ª - Todos os serviços prestados serão fiscalizados pelo **MUNICÍPIO**, através da Secretaria Municipal Geral de Governo.

Parágrafo Único – Para fiscalização do presente contrato, o **MUNICÍPIO** designa o Secretário Municipal Geral de Governo, Sr. Orimar Luis Pizzamiglio, ou outro servidor expressamente designado por este.

19ª - As despesas decorrentes deste contrato correrão pela seguinte dotação do orçamento em execução:

03 – Secretaria Municipal Geral de Governo
2.041 – Manutenção do Gabinete
33903900 – Outros Serviços de Terceiros – PJ – 116

20ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** é a responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

21ª - A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** é única e exclusivamente responsável pelas consequências decorrentes de quaisquer tipos de acidentes, devendo adotar todas as medidas necessárias para atendimento médico e assistencial dos envolvidos.



MUNICÍPIO DE VACARIA

Parágrafo Único: Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências que possam advir de um acidente, em especial a responsabilidade civil.

22ª - O MUNICÍPIO publicará súmula deste instrumento na imprensa oficial.

23ª - As partes elegem o Foro da Comarca de Vacaria, RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Vacaria, de de 2015.

ELÓI POLTRONIERI
Prefeito Municipal

Representante Legal da PRESTADORA DE SERVIÇOS

GILBERTO WOLSCHICK
Procurador-Geral do Município

Testemunhas:

Marcelo Ceron de Azevedo
Secretário Municipal de Gestão e
Finanças

Orimar Luis Pizzamiglio
Secretário Municipal Geral de Governo